

OS MURA EM MOVIMENTO: MOBILIDADE E RESISTÊNCIA NAS ÁGUAS DO MADEIRA

THE MURA IN MOTION: MOBILITY AND RESISTANCE IN THE WATERS
OF MADEIRA

Vanice Siqueira de Melo ¹
Alik Nascimento de Araújo ²
Letícia Pereira Barriga ³



Resumo

O artigo trata das dinâmicas territoriais Mura no rio Madeira. Como um grupo social, esses índios estabeleceram relações com o espaço que habitavam desde o século XVIII. Tais relações contribuem para a identidade desses indígenas e são caracterizadas pelo avanço das políticas expansionistas implementadas pelo governo português, até o início do século XIX, e pelo estado brasileiro após o processo de independência e a construção do Estado Nacional. Observa-se uma mudança na relação que os Mura estabeleciam com o espaço: a mobilidade e o território Mura, característicos do século XVIII, foram rearticulados no século XIX, após a Cabanagem. A partir de um diálogo multidisciplinar e fundamentado em análises de acervo documental voltado às políticas de colonização portuguesa e estudos sobre as dinâmicas Mura ao longo do processo de expansão econômica em seu território, esse artigo analisa a resistência e territorialidade Mura, principalmente nos séculos XVIII e XIX no Madeira, assim como, sua resistência, rearticulada em mobilizações políticas pela garantia da identidade Mura na contemporaneidade.

Palavras-chave: Mura; Rio Madeira; Territorialidade; Mobilidade; Resistência; Amazônia.

Abstract

The article presents the Mura territorial dynamics on the Madeira River. As a social group, these indigenous people have established relations with the space they have been inhabiting since the 18th century. Such relations contribute to the identity of quoted indigenous and are characterized by the progress of the expansionist policies implemented by the Portuguese government until the beginning of the 19th century and by the Brazilian state after the process of independence and the building of the National State. It's possible to see a change in the relationship that the Mura used to have with space: both Mura's mobility and territory, characteristic of the 18th century, were rearticulated in the 19th century, after the Cabanagem. From a multidisciplinary dialogue based on the analysis of documentary collection focused on Portuguese colonization policies and studies on Mura dynamics throughout the process of economic expansion in their territory, this article analyzes Mura's territoriality, especially in the 18th and 19th centuries on the Madeira River, as well as their resistance, rearticulated in political mobilizations through the assurance of Mura identity in contemporaneity.

Keywords: Mura; Madeira River; Territoriality; Mobility; Resistance; Amazon.

¹É doutoranda em co-tutela UFPA/UPO. Tem experiência na área de História da Amazônia colonial e História Indígena. E-mail: vanicesmelo@gmail.com

² Doutoranda em Antropologia no curso de Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará, mestra em História Social da Amazônia pela mesma instituição. Suas pesquisas são voltadas a área de História da Amazônia colonial (Século XVIII), relações etnorraciais, populações indígenas e quilombos contemporâneos. E-mail: professoraalick@gmail.com

³ É Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2008); especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA e especialista em Conservação Preventiva de Acervo Documental; mestra em História Social da Amazônia pela UFPA, e doutoranda pelo mesmo programa. E-mail: leticia.barriga@ifap.edu.br



Introdução

“(...) nós somos contra toda essa destruição, essa morte do nosso Rio. Nós somos filhos desse Rio, afetar esse rio afeta diretamente as nossas vidas a vida dos nossos filhos e do futuro da geração do nosso povo de todos os povos indígenas e de todas as comunidades tradicionais ribeirinhas extrativistas quilombolas que estão sendo atropelados e são sendo passados por cima nossas vidas são colocadas em risco todos os dias nossa vida ameaçada todos os dias (...)”.

*MURA, Márcia. Povo Indígena Mura Irá Resistir Aos Impactos De Santo Antônio. **Revista Enquete**. Instituto Rondoniense de Pesquisa e Estatística. 10/04/2018.*

No dia 29 de março de 2018, a doutora em História Social, Márcia Nunes Maciel ou, como é etnicamente reconhecida, Márcia Mura, se apresentou juntamente com outros membros de seu povo em uma audiência pública na sede do Poder Legislativo do Estado de Rondônia a fim de denunciar o descumprimento do acordo estabelecido entre os administradores da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, diretamente afetadas pelo empreendimento e que habitam as margens do rio Madeira há tempos imemoriais. O desfalque referido chega a alcançar as cifras de 78 milhões de reais, que seriam destinados às melhorias nas estruturas de moradia, saúde coletiva, valorização de identidades, educação, fomento cultural e a medidas de preservação ambiental, dentre as quais a empresa dá destaque para a implementação de um avançado sistema de transposição de peixes, garantindo a redução dos impactos no rio da Madeira e da sobrevivência dos grupos sociais ao seu redor.⁴

O patrocínio do empreendimento reúne vários empresários e organizações de renome no campo da engenharia de energia pelo país. Esses grupos apresentam em suas páginas publicitárias vários projetos que garantem a relevância econômica sem menosprezo ao *Desenvolvimento Humano* e a *Qualidade do Meio Ambiente*. Trata-se de um discurso que se contrapõem às denúncias feitas por Márcia Mura e outros

⁴ De acordo com a página da empresa de engenharia Andrade Gutierrez, “A Usina Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, em Rondônia, é composta por 50 turbinas instaladas com potência total de 3.568 megawatts – energia suficiente para atender ao consumo de mais de 45 milhões de pessoas”. Sobre o assunto ver: <<http://www.andradegutierrez.com.br/Projetos/UsinaHidreletricaSantoAntonio.aspx>>. acesso em junho de 2020.



representantes indígenas. Esses índios alegam que, desde o ano de 2012, as normativas que autorizaram o funcionamento da hidrelétrica não são devidamente cumpridas.

A expansão do setor elétrico é apenas um dos focos de intercorrências colonizadoras sofridas pelos Mura que habitam há séculos o rio Madeira e que afeta diretamente o espaço ocupado por várias populações, como os Mura. Assim, os conflitos entre os Mura e os projetos colonizadores são, em certa medida, conflitos territoriais, uma vez que esse grupo construiu uma relação como o espaço que ocupavam. Trata-se de relações construídas ao longo do processo de ocupação colonial estabelecidas em um movimento de avanço territorial e resistência Mura. Assim, esse texto pretende analisar essa mobilidade Mura, principalmente na segunda metade do século XVIII e início do XIX.

A expansão europeia pelo Madeira é caracterizada pelos conflitos com os Mura a partir da primeira metade do século XVIII. Os governadores do Estado do Grão-Pará e até do Mato Grosso consideravam os Mura como um obstáculo aos objetivos expansionistas no Madeira. *Os Bravios índios de corso, Vilões, Bárbaros e Selvagens* foram algumas das representações costumeiramente atribuídas a esses indígenas nas documentações coloniais de diferentes naturezas que, para além do medo que provocavam entre os colonizadores, também construíram relações de autoridade *sui generis* frente a outras nações indígenas.⁵

Ao longo da documentação colonial, e mesmo em estudos etnográficos sobre a população Mura atual⁶, é imperativo o dinamismo empregado por ele em suas ações. Este dinamismo é decorrente de característica da própria etnia. Os deslocamentos Mura, rápidos e precisos, foram recorrentemente percebidos pelos agentes coloniais e se colocaram como fundamentais, entre avanços e reveses, para a efetividade das políticas colonizadoras.

Nesse sentido, considerando que a mobilidade era fundamental para a etnia Mura, argumentamos que os constantes deslocamentos contribuíram para que, possivelmente, fosse construído um território Mura na região do médio Amazonas, em especial ao longo do rio Madeira. Assim, a hipótese desse texto é a de que essa

⁵ Sobre o assunto ver: ARAÚJO, Alik Nascimento de. **De bárbaros a vassallos**: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786). Dissertação (Mestrado). PPHIST - UFPA. Belém, 2014.

⁶ Ver: PEREIRA, Márcia Leila De Castro. **“Rios De História”**: Guerra, Tempo E Espaço Entre Os Mura Do Baixo Madeira (AM). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.



mobilidade Mura pelo espaço garantiu-lhes relativa autonomia no território e foi fundamental para os tipos de relações que foram estabelecidas ao longo do avanço colonial entre os agentes da colonização (colonos, viajantes, Estado português, depois o brasileiro, estrangeiros, etc) e os Mura. Nesse sentido, a perspectiva territorial torna-se fundamental para analisar os Mura como protagonistas no processo histórico, enviesado pelo processo colonial.

Desse modo, ao buscarmos refletir acerca da historicidade das conexões tecidas entre o *Ser Mura* e o rio Madeira, este texto analisa, inicialmente, como a presença dos Mura se contrapôs, desde o século XVIII, às diretivas do Estado Português, dos colonos e até mesmo das incursões da própria Igreja católica. Já no segundo momento buscou-se perceber uma nova dinâmica das estratégias Mura: a de garantir sua autonomia no rio Madeira a partir de novas articulações político-sociais, que se reflete em setores diversos como os movimentos sociais, as relações de poder e o comércio. Por fim, na terceira parte é analisada como após a Cabanagem a mobilidade Mura teria sido afetada em decorrência de uma política de controle social articulada com diretrizes econômicas implementadas na região.

Espaços em conflito: os Mura e a frente de expansão colonial

Diversas crônicas foram redigidas durante o período colonial. Esses relatos, escritos durante os séculos XVII e XVIII, assinalam diversos etnônimos para os indígenas que habitavam o rio Madeira. A partir dos relatos deixados por Cristóbal de Acuña e Mauricio de Heriarte, Miguel Menéndez construiu um painel etnográfico dos indígenas que estariam situados no rio Madeira, no Tapajós e na região intermediária desses dois rios em meados do século XVII. Assim, segundo Menéndez, exceto *Tapajós* e *Tupinambá*, as denominações que aparecem nos dois cronistas não coincidem, ainda que algumas sejam mencionadas em ocasiões posteriores. Além disso, algumas designações desaparecem de registros posteriores, ou seja, ou aparecem nos escritos de Acuña ou nos de Heriarte.⁷

Para fazer o panorama etnográfico do final do século XVII, Miguel Menéndez utilizou as informações fornecidas pelo religioso João Felipe Bettendorff. Para Miguel Menéndez, algumas denominações citadas pelo jesuíta Bettendorff aparecem,

⁷ MENÉNDEZ, Miguel. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista (Nova Série)**. São Paulo, v. 28, 1981-1982, p.312.



igualmente, nos testemunhos de Cristóbal de Acuña e Mauricio de Heriarte⁸. Determinadas designações presentes na crônica do Bettendorff apareceram em outras fontes, enquanto de outras não se encontram mais registros.⁹

Quanto ao etnonimo *Mura*, aparece na documentação colonial a partir de 1714. Provavelmente, se justifica em decorrência de ser uma nação indígena que teria se formado a partir de transformações internas que resultaram da formação de Zonas Tribais na área Tapajós – Madeira na segunda metade do século XVII, segundo Mark Harris¹⁰. A primeira referência a esse grupo na documentação colonial é uma carta escrita em 1714 pelo padre Bartolomeu Rodrigues.¹¹ Na missiva endereçada ao padre Jacinto de Carvalho, Bartolomeu Rodrigues apresentou notícias dos índios situados em todo o curso do rio Madeira. Nessa descrição feita por Bartolomeu Rodrigues, os Mura aparecem na margem direita do Madeira.¹²

Por outro lado, pode-se explicar esse surgimento a partir da ideia de que é possível que um etnônimo seja utilizado para se referir a vários grupos étnicos ou vários etnônimos podem ter sido utilizados nos documentos coloniais para mencionar apenas um grupo étnico¹³. Nesse sentido, a partir das observações feitas por Miguel Menendez, com base nas crônicas de Cristóbal de Acuña, Mauricio de Heriarte e João Felipe Bettendorff, de que alguns etnônimos desaparecem em relatos posteriores e nem todos aparecem nos três relatos, é possível, também, que *Mura* seja uma designação, criada posteriormente e usada, igualmente, para se referir a um dos grupos citados por um dos três cronistas mencionados.

⁸ MENÉNDEZ, Miguel. **Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira**, p. 313

⁹ MENÉNDEZ, Miguel. **Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira**, p. 314.

¹⁰ HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais: os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**. São Paulo, 2015, v. 58, nº 1, pp. 33-68. Para o etnólogo Curt Nimuendajú, os índios Mura seriam detentores de um grupo linguístico isolado e teriam chegado ao rio Madeira após longo ciclo de circulação pela região de Loreno na Amazônia peruana e, ao longo do século XVIII, construíram longas áreas de circulação pelas bacias dos rios Japurá, Trombetas, Negro, Solimões e o rio Madeira, sendo este último local de construção histórica de seu protagonismo. NIMUENDAJÚ, Curt. As Tribos do Alto Madeira. *Journal de la Societé des Americanistes*, v. 17, Paris, 1925, p. 137-172 e _____. The Mura and Pirahã. STEWARD, Julien Haynes (org.). **Handbook Of South American Indians**. T. 3. Washington. 1948, p. 255-264.

¹¹ NIMUENDAJU, Curt. Op. Cit., 1948. p.255-269.

¹² SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da & COSTA, Angislaeine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica**. Revista de Antropologia. Belém, 2014, v. 6, nº 1, p. 116.

¹³ FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991, p.19.



Conhecidos e representados como “Índios do corso” ou “bárbaros” nas fontes coloniais ou “corsários do caminho fluvial” na bibliografia etnográfica¹⁴, os Mura inviabilizaram, ou dificultaram, sob a perspectiva europeia, o expansionismo lusitano e as atividades dos colonos e religiosos pela área do rio Madeira durante quase todo o século XVIII. É provável que o primeiro contato dos Mura com o expansionismo empreendido pelos lusos tenha sido realizado através das expedições que navegavam pelo o rio Madeira com a finalidade de coletar gêneros florestais, as chamadas “drogas do sertão”, como o cacau.¹⁵ Como lembrou João Felipe Bettendorff, o rio Madeira é “um dos mais famosos que há pelo Estado, por grande e espaçoso, porém demorado pelas caldeiras que tem”, nas quais “se somem as canoas com tudo o que levam, havendo descuido dos guias e pilotos”. Além disso, segundo o jesuíta, eram frequentes as expedições que os portugueses faziam pelo rio Madeira. O religioso explicava que essas expedições ao Madeira eram decorrentes da “muita abundancia de cacaueros” nesse rio, uma vez que nele teria o “melhor cacau que há em o Estado todo [Estado do Maranhão e Grão-Pará], por ser mais doce e mais grosso que o de outras partes”.¹⁶

Em uma correspondência que o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Gomes Freire de Andrade encaminhou ao seu sucessor no cargo, Artur de Sá e Meneses, comunicava várias notícias acerca dos territórios desse Estado e observava a qualidade do cacau do rio Madeira. Nesse sentido, disse Gomes Freire de Andrade que o Madeira é um dos rios “mais sadios que temos no estado, muito aprazível e com fertilidade de mantimentos achasse nele mais excelentes madeiras que produz a América” e tem “muita quantidade de cacau redondo e de tal qualidade que colhendo se silvestre ainda é mais doce que o cultivado tem se lhe tirado”.¹⁷ Provavelmente, as referências fornecidas pelo governador Freire de Andrade e pelo jesuíta João Felipe Bettendorff acerca da qualidade do cacau que havia no rio Madeira estão relacionadas aos interesses econômicos da coroa

¹⁴ PEQUENO, Eliane da Silva Souza. Mura, guardiães do caminho fluvial. **Revista de Estudos e Pesquisas**. FUNAI: Brasília, v.3, n.1/2 (Jul/dez. 2006) p.133-155.

¹⁵ SWEET, David. Native resistance in eighteenth-century Amazonia: the “abominable Muras” in War and Peace. **Radical History Review**. 1992, v. 53, nº 1, pp.49-80. Sobre os Mura, ver também: AMOROSO, Marta. **Guerra Mura no século XVIII- Versos e versões**: representações dos Mura no imaginário colonial. Dissertação (Mestrado em antropologia). IFCH/ DEANS UNICAMP, São Paulo, 1990; ARAÚJO. *Op. Cit.*, 2014; CALDAS, Yurgel Pantoja. **Construção épica da Amazônia no poema Muhuraída, de Henrique João Wilkens**. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Faculdade de Artes e Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

¹⁶ BETTENDORFF, Op. Cit. 1990, p.355

¹⁷ Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei sobre as informações relativas à capitania do Pará, oferecidas ao novo governador Artur de Sá e Meneses, aquando da sua chegada, com relevância para a plantação de árvores de cravo e a defesa da capitania. Belém, 19 de julho de 1687. **Arquivo Histórico Ultramarino** (AHU), Pará (Avulsos), Cx. 3, D. 263.



portuguesa no Estado do Maranhão e Grão-Pará e às atividades desenvolvidas pelos colonos nesse Estado na segunda metade do século XVII.¹⁸

Além de ser uma fronteira econômica para os moradores do Estado do Maranhão e Grão-Pará, o Madeira também era um espaço de atuação missionária. A principal ordem religiosa que atuava no Madeira era a Companhia de Jesus. No final do século XVII, os jesuítas estavam intensificando as atividades desenvolvidas na aldeia dos Tupinambaranas e dos Abacaxis, que posteriormente “se estabeleceu e ficou praticamente a substituir a Aldeia dos Irurizes”.¹⁹ Quando iniciou a centúria seguinte, os religiosos da Companhia de Jesus atuavam, também, nas aldeias de Canumã. Na década de 1720, o jesuíta João Sampaio fundou a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, entre o rio Jamari e a primeira cachoeira do Madeira, que foi substituída pela de Trocano.²⁰

Uma das consequências do avanço desse expansionismo lusitano foram as guerras realizadas contra os indígenas situadas em áreas de expansão dos estados imperiais, como o rio Madeira. As guerras justas eram mecanismos legais de escravização indígena e estavam relacionadas à “ideologia da expansão”, como lembrou Ângela Domingues.²¹ No rio Madeira, talvez, o exemplo mais notável dessas guerras tenham sido as que o império português realizou contra os Mura durante o século XVIII.²²

Um dos primeiros registros de ataques atribuídos aos Mura é da década de 1730. Em 29 de agosto de 1738, o jesuíta José de Souza, Provincial da Companhia de Jesus, discorria sobre o cacau que era coletado no rio Madeira. Porém, nessa ocasião, o religioso apontava uma das dificuldades que os colonos luso-brasileiros enfrentavam ao ir à coleta de cacau. Esse Provincial disse que sabia “por informações certas” que tinha “do Padre Manoel Fernandes Missionário da mesma Companhia na Missão de Santo Antônio” que a “nação de índios bárbaros chamados Muras” teria assassinado “muitos índios remeiros

¹⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. As 'fazendas de cacau' na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: Tanya Maria Pires Brandão; Cristiano Luís Christillino. (Org.). **Nas bordas da plantation: agricultura e pecuária no Brasil colônia e império**. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2014, v. 1, pp. 21-22.

¹⁹ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III. Instituto Nacional do Livro / Livraria Portugália: Rio de Janeiro / Lisboa, 1943, p. 393.

²⁰ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, pp. 491-492

²¹ DOMINGUES, Ângela. “Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 47.

²² Aqui é fundamental lembrar que em 1717, João de Barros da Guerra teria combatido uns índios no Madeira. Sobre o assunto, ver: “Para o capitão mor do Pará. Se diz ao Capitão mor que está nomeado por cabo da guerra que se manda fazer ao Gentio do Rio da madeira e se espera obre nella de maneira que tenha muito que lhe agradecer guardando em tudo as Reaes ordens que há sobre esta matéria”. Lisboa, 4 de julho de 1716. **Anais da Biblioteca Nacional** (Livro Grosso do Maranhão), 1948, v. 67, pp.137-138



das canoas, que vão as colheitas do cacau naqueles sertões, e ao um cabo de uma canoa”.²³ A denúncia feita pelo Provincial da Companhia de Jesus resultou num conjunto documental intitulado *Autos de Devassa contra os índios Mura do rio Madeira e Nações do rio Tocantins (1738-1739)*.²⁴

A historiografia já discutiu como as guerras que aconteceram nas capitânicas do Maranhão e do Piauí no final do século XVII e início do XVIII estavam relacionadas, também, a uma perspectiva econômica, que era o avanço da economia pastoril.²⁵ Nesse sentido, o episódio mais conhecido destes conflitos no interior nordestino é conhecido como *Guerra dos Bárbaros*. Trata-se de uma série de conflitos entre os índios, considerados hostis, e luso-brasileiros que ocorreram a partir da segunda metade do século XVII até as primeiras décadas do século seguinte. Para Pedro Puntoni, estas guerras representaram “novos padrões de relacionamento” do império português com os grupos indígenas, pois os combates do século XVII no nordeste colonial “objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão” dos grupos indígenas daquele espaço.²⁶ A partir dessas perspectivas, como pensar as guerras contra os Mura no Madeira?

Primeiramente, é importante lembrar que as fontes produzidas pelo colonizador referem-se a um gigantesco território Mura ou a um território fantástico, o que fez com que os luso-brasileiros acreditassem que os Mura estavam em todas as partes.²⁷ Assim, por exemplo, o comissário geral dos mercedários e membro da Junta das Missões, frei Manoel Borges, posiciona-se contrário a realização da guerra contra os Mura uma vez que se “esta nação é de curso, e não tem parte certa, como afirmam todos, donde se lhe poderá dar com acerto” e “certamente se irão escalando nações inocentes, como tem sucedido muitas vezes”.²⁸

²³ CEDEAM. *Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)*. Manaus: Universidade do Amazonas; Brasília: INL, 1986, p. 9

²⁴ A produção da devassa era um mecanismo importante para discutir sobre a realização ou não de uma guerra contra os índios. Nesse caso, o monarca português não permitiu a realização da guerra contra os Mura. CEDEAM. *Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)*, p. 163

²⁵ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luís, SIOGE, 1992; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Resistência indígena no Piauí colonial. 1718- 1774*. Teresina: EDUFPI, 2008.

²⁶ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 2002, p. 17.

²⁷ AMOROSO, Marta. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1992, p.304-305.

²⁸ CEDEAM. *Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)*, p. 145



Para Marta Amoroso, a concepção de um imenso território Mura talvez possa ser analisada a partir da ideia de “uma fronteira colonial que avança e desloca a população Mura do rio Madeira para o Japurá”.²⁹ Max Nogueira, por sua vez, assinala que a expansão Mura, a partir do Madeira, no século XVIII, seguiu em duas direções: a do Tapajós e do Solimões. Nesse movimento de expansão, os Mura, conhecedores da comunicação dos rios com seus afluentes, assentavam-se nas proximidades dos canais, igarapés, lagos e furos, o que facilitaria a movimentação deles em caso de ataques dos inimigos, como os soldados.³⁰

A percepção de que os Mura eram índios “sem domicílio certo”, como disse frei Victoriano Pimentel, está relacionada à mobilidade Mura. Para Márcia Leila Pereira, a expansão territorial Mura foi um elemento fundamental para esse grupo e ocorria pela ocupação real de um território, através da residência nele ou da circulação. O contínuo e expansivo deslocamento dos Mura possibilitava o monitoramento de extensas áreas, a anexação de “espaços vazios” e localização de evidências de outros grupos. Assim, acredita Márcia Leila Pereira que os Mura

(...) vivenciam o território nas redes, nos fluxos e nos deslocamentos de curta e longa duração (distância). Esta territorialidade contém uma plasticidade e elasticidade muito ampliada. Seus limites e referências são singulares e constituem-se em torno daquilo que cada grupo local partilha e acumula enquanto saber, memória, histórias em comum, trajetos, percursos, – enfim, um conjunto de todas as referências, sentimentos, atos e fatos que compõem o senso de pertença.³¹

Nesse sentido, o “movimento é constitutivo da forma de viver Mura”.³² Ou seja, trata-se de uma concepção de território e espaço que não tem relação com áreas estáticas e definidas. Dessa maneira, a ideia presente nos documentos coloniais, de que os Mura não tinham habitação certa remete, talvez, a uma interpretação do espaço indígena a partir da perspectiva europeia.

Os movimentos dos Mura, por sua vez, são diferenciados. Existem aqueles que respondem à própria dinâmica dos Mura e aqueles que são forçados e resultantes, portanto, da intrusão dos brancos.³³ Assim, os deslocamentos Mura pelo rio Madeira,

²⁹ AMOROSO, Marta. **Corsários no caminho fluvial**, p.308

³⁰ NOGUEIRA, Mas Deulen Baraúna. **Guerras Indígenas na Região das Tupinambaranas: Mura x Munduruku (1768-1795)**. Dissertação (Mestrado em História). IFCHS / UFAM, Manaus, 2020.

³¹ PEREIRA, Márcia Leila de Castro. Território e mobilidade Mura no baixo rio Madeira/AM. **Habitus**. Goiania. 2016, v. 14, n° 2, p. 272

³² PEREIRA, Márcia Leila de Castro. **Território e mobilidade Mura no baixo rio Madeira/AM**, p. 267

³³ PEREIRA, Márcia Leila de Castro. **Território e mobilidade Mura no baixo rio Madeira/AM**, p. 272



“sem domicílio certo”, possivelmente, estão relacionados não somente a presença dos brancos nos territórios ocupados por eles, mas também, a construção da forma de viver Mura. É provável, por outro lado, que os ataques que os Mura tenham realizado contra os luso-brasileiros, nas expedições de coleta de cacau, e às missões, estejam relacionados a uma tentativa de reproduzir essa forma de viver, uma vez que esse território foi invadido pelo branco. Nesse sentido, as agressões configurariam um mecanismo de defesa para repelir os invasores e recriar tal forma de viver em um espaço reconhecido pelos Mura como pertencentes a eles, ainda que não estivessem fixados na área.

Por um lado, os luso-brasileiros não teriam conseguido compreender as dinâmicas territoriais dos Mura. Por outro, a partir da maneira pela qual eles descrevem os efeitos das ações dos Mura no rio Madeira, criou-se um espaço hostil no discurso colonial, que precisava ser controlado. A criação do imaginário Mura como um índio bárbaro, certamente, contribuiu para a criação de uma área de fronteira de resistência indígena para os moradores do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Mas, além da descrição dos índios Mura como sujeitos bárbaros, a forma como a área do rio Madeira aparece na denúncia ajuda a refletir acerca da construção dessa fronteira. Além disso, esse vasto território poderia estar relacionado ao fenômeno conhecido como murificação que seria um prisioneiro de guerra Mura obtido a partir de guerras inter-tribais ou a ação voluntária de indígenas, aldeados ou não, viverem com os Mura. Trata-se, assim, de uma ideia que subsidiaria uma possível expansão bélica dos Mura como a de um vasto território ocupado pelos Mura e seus agregados.³⁴

Ao redigir a certidão queixando-se dos ataques dos Mura, o provincial da Companhia de Jesus, José de Sousa, explicou “ser certo que desde o rio Aripuanã, até o rio Giparanã, que desembocam no dito rio da Madeira” e “ocupam grande distrito está tudo *infecionado* de uma nação de índios chamados Muras”.³⁵ Frei Antonio de Araújo, que era Provincial da Ordem do Carmo e membro da Junta das Missões, relatou que visitou as missões do Madeira em decorrência do seu ofício e que “os Muras, como são gentio do curso, pelo centro do Mato passam do rio da Madeira ao das Amazonas” e “*infestam* as margens de um; e outro; e de todos os mais que nele desaguardam”.³⁶

³⁴ AMOROSO, Marta. **Corsários no caminho fluvial**, p. 147.

³⁵ CEDEAM. **Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)**, p. 9

³⁶ CEDEAM. **Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)**, p. 114



Outro exemplo sobre a maneira pela qual esse espaço era representado na devassa nos é dado pelo parecer do Frei Carmelita Victoriano Pimentel, que também era membro da Junta das Missões. Segundo esse carmelita, o gentio Mura “é bravo e se diz ser de corso, sem domicílio certo” e que “penetra os sertões de rio a rio”. Além disso, o Mura “se apropinqua tanto, que com efeito *infestou* uma roça dos moradores da nova aldeia de Santo Antonio” e, por essas razões, acreditava Victoriano Pimentel que somente ao Mura “se pode dar o castigo de seu atrevimento; e *desembaraçar* o rio da Madeira de tão má vizinhança”.³⁷

Os termos *infestam*, *infeccionado* e *desembaraçar* usados nos documentos que tratam das ações violentas, das quais os acusados eram os Mura, sugerem a existência de um espaço assolado pelos indígenas hostis e que deveriam ser afugentados para não obstarem os mecanismos de expansão organizados pela coroa portuguesa para o rio Madeira. Dessa maneira, na geografia colonial, o Madeira era “al mismo tempo uma zona y um espacio simbólico de resistencia”.³⁸

A devassa produzida contra os Mura não resultou na organização de uma tropa de guerra contra esses indígenas. Em carta de 10 de março de 1739, o monarca luso, D. João V, defendeu que “não está em termos de se reputarem como justas e necessárias estas guerras” contra os índios Mura.³⁹ Durante a segunda metade do século XVIII, os Mura foram considerados, pelos lusitanos, um dos principais obstáculos que os expedicionários, que navegavam pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, precisavam enfrentar.⁴⁰ Somente na década de 1780 é que teria ocorrido a “redução voluntária” dos Mura, processo caracterizado pela negociação desses indígenas no acordo de paz. Esse processo de “redução voluntária”, por sua vez, não representou a sedentarização dos Mura. Assim, como ressalta Marta Amoroso, os Mura não permaneciam longos períodos nos

³⁷ CEDEAM. **Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)**, p. 121. Aqui trata-se da aldeia de Santo Antônio da Cachoeiras, que foi substituída pela de Trocano, como foi lembrado. Segundo Serafim Leite, José Gonçalves da Fonseca esteve nela e explicou que a mudança foi feita para “buscar melhor clima e para se livrarem das vexações dos bárbaros vizinhos”. Contudo, os Mura continuaram investindo contra a aldeia de Trocano. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. p. 402

³⁸ GIUDICELLI, Christophe. “Encasillar la Frontera. Clasificaciones coloniales y Disciplinamiento del espacio en el área Diaguíto-Calchaqui, siglos XVI-XVII”. Anuario IEHS. 2007, v. 22, pp. 161-211.

³⁹ CEDEAM. **Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)**. p. 163

⁴⁰ Sobre a navegação pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé que comunicava o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Capitania do Mato Grosso, ver: ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, 2009, v. 17, n. 2, p. 215-235; sobre esse comércio, ver: LAPA, José Roberto Amaral. Do comércio em área de mineração. **Economia Colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.



aldeamentos, optando pela manutenção da mobilidade deles. É possível essa mobilidade deles tenha contribuído para a manutenção do território deles e teria sido, justamente, essa mobilidade e conhecimento desse espaço que tenha transformado eles em importantes aliados durante a Cabanagem. E talvez esse acordo seja importante para analisar a participação deles em outro episódio da História da Amazônia: a Cabanagem.

Batalhas fluviais: os Mura e as dinâmicas cabanas nas águas do Madeira

Seguindo a trajetória narrativa da presença Mura nos relatos coloniais ao longo do século XVIII, observamos que, no alvorecer do século XIX a política de expansão da fronteira colonial se manteve para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, implicando mudanças significativas no trato dos agentes coloniais para com as etnias indígenas nessa extensa área que compreendia os territórios ao longo do rio Madeira. Na virada dos séculos, a região estava sob as políticas liberais de D. Francisco de Souza Coutinho. Fundamentando-se em mapas e relações estatísticas de seus antecessores, Souza Coutinho passou a traçar uma política bastante invasiva em três frentes de atuação, que eram: as fronteiras com a Guiana Francesa e as colônias espanholas e a organização da mão de obra e o dinamismo da economia.⁴¹

Estas políticas implicaram mudanças significativas para Estado do Grão-Pará e Rio Negro, sobretudo no trato com os indígenas em relação ao gerenciamento e controle das populações autóctones, com a criação do Corpo de Ligeiros e o Corpo Efetivo de Índios,⁴² e a ocupação de suas terras em decorrência do projeto de expansão territorial lusitano e garantia de fronteiras. O avanço das fronteiras coloniais, continuado com Souza Coutinho, implicou num maior contato com os Mura ao longo do rio Madeira. Como vimos no tópico anterior, os Mura decidiram por uma trégua em relação aos luso-brasileiros, no último quartel do século XVIII, conhecida como *Redução Voluntária*, em 1786. Acreditava-se, pelos interesses coloniais, na tão desejada integração Mura, permitindo, assim, o avanço das fronteiras e o domínio do território, sem o tão temido

⁴¹ Quanto à economia, destacamos o corte e o beneficiamento de madeiras, a pescaria, o processo da salga de peixes e carnes e a produção de farinha. Também foi pensado um controle maior de fiscalização e arrecadação de tributos, além de expedições exploratórias para os rios navegáveis, a fim de abrir caminhos fluviais aos sertões e às áreas de fronteiras, como a exemplo da capitania do Mato Grosso pelo rio Madeira Cartas Régias Capitânicas do Pará e Rio Negro, 1790-1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 588.

⁴² Corpo de Ligeiros ou Corpo de Milícias foram um dispositivo criado pela Carta Régia de 1798, r tinha como objetivo central, incorporar toda a população ativa, transformando-a em permanente mão de obra disponível para os mais variados ramos da economia local, dentre braços para a agricultura, mas, especialmente, pernas para caminhar na floresta extraindo as *drogas do sertão*. Sobre a Carta Régia de 1798, ver: SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos Partidos:** etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.



obstáculo. Entretanto, narrativas das primeiras décadas do século XIX nos mostram que tal expectativa se mostrou frustrada, continuando os Mura com sua relativa autonomia e, em vários momentos, postulando-se como obstáculo para o avanço do Estado imperial na região.

De autoria anônima, duas narrativas escritas nas primeiras décadas do XIX (datadas de 1826 e 1846, aproximadamente) sobre os índios Mura mostram que, decorridos em torno de cinquenta anos da “pacificação” desta etnia, ainda parecia difícil subjugar-los aos interesses do Estado brasileiro. Pontuando suas habilidades, que deveriam ser direcionadas a atender as necessidades do Estado brasileiro, as falas sobre estes indígenas apontavam duas justificativas para tal dificuldade, quais sejam: o próprio comportamento Mura, avesso a qualquer tipo de controle mais direto, ao ponto de ser permitida a eles, a decisão de ficarem ou não alocados nos aldeamentos, e a falta de ações específicas por parte do Estado para aproveitar suas potencialidades. Dentre as habilidades enunciadas pelas narrativas, destacamos a desenvoltura para a prática da navegação, extração de produtos da floresta - “são aptos por sua habitude em terrenos alagados e infectos”, rápida, ampla e eficiente comunicação oral e de deslocamento fluvial.⁴³

Interessante perceber o destaque dado pelas narrativas anônimas às habilidades Mura de navegação. Como vimos mais acima, a destreza Mura nos deslocamentos pelos caminhos fluviais foram percebidas, evidenciadas e ambicionadas desde o início do século XVIII, com os primeiros contatos desta etnia com o projeto colonizador. Estas “habitudes em terrenos alagados” foram levadas em consideração pelas autoridades provinciais, alguns anos mais tarde, quando a província do Grão-Pará vivenciou os conturbados anos da Cabanagem, sobretudo porque as batalhas cabanas no interior da província ocorriam, em grande medida, no leito dos rios, lagos, igarapés, cachoeiras. Para este ensaio, destacamos o rio Madeira.

Em correspondência do dia 24 de setembro de 1838, o comandante da Expedição ao Amazonas, Joaquim José Luiz de Souza, respondeu ao ofício enviado pelo comandante militar de Borba, Diogo de Barros Cardoso, sobre a dificuldade de poder socorrê-lo com

⁴³ As narrativas intituladas “Ilustração necessária, e interesse, relativa ao gentio da nação Mura, 1826” e “Observações adicionais e Ilustração sobre o gentio Mura”, de autoria anônima, foram publicadas por Carlos de Araújo Moreira Neto. Pela estrutura narrativa podemos perceber que a primeira possivelmente foi escrita por alguém de formação eclesiástica. Já a segunda narrativa, escrita vinte anos após a *Ilustração*, as referências utilizadas fazem menção a intelectuais, além de uma forte crítica da ação missionária. Ver: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)** Petrópolis: Vozes, 1988.



o que lhe foi solicitado para debelar os cabanos que infestavam o Alto Madeira. Na ocasião, Cardoso solicitava soldados para somar com seu contingente localizado em Borba, fardamento, armamento e munição. Dentre os argumentos de Souza, para justificar a impossibilidade de apoio, destacamos a carência de soldados em Manaus, onde estavam centralizadas as ações no Alto Amazonas e ao longo do Madeira, que somava-se ao medo que eles sentiam dos cabanos.⁴⁴

Alguns dias depois, em 09 de outubro, Joaquim José Luiz de Souza, direcionava suas preocupações novamente para a região do rio Madeira. Em correspondência com o comandante da Escuna “19 de Outubro”, Francisco Paraibuna dos Reis, provavelmente ancorada em Manaus, Joaquim José Luiz de Souza informava sobre o deslocamento de cabanos do *Lago dos Autazes*, liderados pelo Tuxaua Mura Pantaleão, para se estabelecerem no *Alto Madeira*, na região de São João de Crato. Diante disso, ordenou que a força de Manaus fosse redirecionada para esta região, a fim de perseguir os cabanos.⁴⁵

Os breves trechos das duas ações mencionadas acima nos possibilitam dimensionar sobre algumas das dinâmicas da Cabanagem na extensa região ao longo do rio Madeira. Sabemos pela documentação da *Expedição ao Amazonas* que esta região foi palco de acirradas investidas cabanas, o que levou a um direcionamento das operações de repressão aos cabanos. Região de forte presença indígena, de relações fronteiriças, tanto fronteiras culturais, e, também, geográficas (aqui, especialmente com a província do Mato Grosso), de uma miríade de caminhos fluviais, os esforços de cabanos e das autoridades imperiais pelo domínio da região empreenderam dificultosas batalhas e uma arquitetura de negociações e estratégias. Estas ações ocorriam, sobretudo, em torno da freguesia de Borba, região de intensa concentração cabana e, por isso, onde se centralizaram as ações “oficiais”⁴⁶ na região.

A importância estratégica de Borba, percebida e enfatizada nas narrativas das autoridades de Manaus, Belém e Santarém, remonta ao período de sua criação. Sua localização central no rio Madeira servia de importante ponto de apoio para as rotas

⁴⁴ Códice 1075. Documento 167. APEP.

⁴⁵ Códice 1075. Documento 265. APEP.

⁴⁶ Neste ensaio utilizaremos as expressões “ações oficiais”, “tropas legalistas”, “forças legalistas” ou, simplesmente, “legais”, para referenciar os contingentes militares, assim como suas autoridades, contrárias aos cabanos. As expressões serão aspidadas, na medida em que, na conjuntura da Cabanagem, ambas os lados que se conflitavam, reivindicavam a legalidade de suas ações. Optaremos pelo uso destas expressões por, além de seguir a narrativa documental, consideramos complicado utilizar binômios polarizados que podem nos levar ao risco da compreensão estanque dos diversos grupos que fizeram a Cabanagem.



comerciais realizadas por este rio entre as capitanias do Grão-Pará e Mato Grosso. Na Cabanagem, sua posição estratégica para o comércio fluvial com Mato Grosso e a presença de etnias indígenas, especialmente os Mura, levou os comandantes contrários aos cabanos que atuavam na região a uma atenção especial conferida à Borba. Esta preocupação foi o motivo de o presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andrea, ter ordenado ao comandante da *Expedição ao Amazonas*, Joaquim José Luiz de Souza, nomear para o comando militar de Borba, o mencionado capitão Diogo de Barros Cardozo, da Cavalaria de Segunda Linha de Mato Grosso. O presidente Francisco José Soares d'Andrea emitia tal ordem, pois o militar mato-grossense

(...) goza de bom crédito como homem de negócio, e igualmente agora como Militar acostumado aos ataques dos Índios, e mesmo dos rebeldes, a quem se tem feito representar por estas razões é minha intenção que Vossa Senhoria o nomeie Comandante Militar de Borba e seus distritos pelo Rio Madeira acima até a extrema desta Província, com a comissão de participar todo aquele Rio, e reduzir e forçar a trabalhos úteis as diversas Malocas de Índios, que por ali existem.⁴⁷
(grifo nosso)

As credenciais de Cardozo eram tão importantes para o avanço das forças contrárias aos cabanos e a garantia dos interesses econômicos da província que a ele foi assegurado total liberdade para desenvolver suas ações contra os insurgentes, como deixou evidente o comandante Joaquim José Luiz de Souza, dirimindo quaisquer tipos de queixas e/ou desconfiâncias em relação a ele, quando afirma uma ordem expedida que o dito “O Comandante Militar Diogo de Barros Cardozo está autorizado para obrar livremente e fazer a Guerra aos rebeldes do Rio Madeira, e nesta Comissão não deve ser estorvado”⁴⁸.

A escolha do militar mato-grossense partiu de três necessidades urgentes para o rio Madeira em tempos da guerra, que eram: garantir a rota comercial, já que Diogo de Barros Cardozo era *homem de negócio*, manter o controle sobre os cabanos da região estreitando as relações com os indígenas e agenciar mão de obra dos índios *que por ali existem* para os *trabalhos úteis*, pois que ele também estava *acostumado aos ataques de índios e mesmo dos rebeldes*⁴⁹. Onde lê-se *reduzir e forçar* ao trabalho das diversas *malocas de índios* compreende-se, sobretudo, indígenas da nação Mura. Dentre os diversos argumentos para nossa afirmativa, tais como o imperativo Mura nas águas do

⁴⁷ Códice 1049. Documento 07. APEP.

⁴⁸ Códice 1075. Documento 163. APEP.

⁴⁹ Idem.



Madeira, a recorrência de sua presença nos relatos coloniais, o desejo de submeter suas habilidades aos interesses das políticas colonizadoras, destacaremos a necessidade do apoio Mura em tempos de Cabanagem, para as forças que se confrontavam.

O domínio do Madeira e o controle da fronteira com o Mato Grosso eram extremamente necessários em tempos de guerra, tanto para cabanos como para as forças do governo imperial. Território que compreendia o extenso raio de ação e controle Mura, por meio de suas habilidades de deslocamentos, a confiança e o apoio desta etnia era compreendido como fator determinante para avanços e reveses das forças combatentes. Sabendo do histórico Mura de nação combativa, belicosa e insubordinada, não é difícil presumir que sua participação na guerra cabana, se deu muito mais nas fileiras rebeldes. Desse modo, não raro eram as investidas ordenadas por autoridades oficiais com o objetivo de estreitar as relações com estes indígenas.

Antes de analisarmos as estratégias de aproximação para com o povo Mura, gostaríamos de chamar a atenção para o imperativo da presença e participação Mura na Cabanagem. Partindo de suas próprias leituras acerca da guerra, esta etnia demarcou seu espaço ao longo das batalhas, realizando barganhas para atender seus próprios interesses. Por isso, talvez, na memória Mura sobre a Cabanagem, o binômio Mura-cabano não é tão evidente como se possa presumir, sendo o cabano, em muitas narrativas, colocado como o “outro”. Isso foi observado na pesquisa histórico-etnográfica realizada por Márcia Leila de Castro Pereira, para sua tese de doutorado. Ao entrevistar o Mura Leandro, da Aldeia Murutinga, no Rio Mutuca, região dos Autazes (AM), a frase “*os cabanos vinham fazendo a guerra*”⁵⁰ denota esta inevidência.

Interessante perceber essa perspectiva Mura quanto aos agentes da Cabanagem, pois desprendemos nossas análises sobre a participação destes indígenas na guerra presos em grupos estanques e polarizados, quais sejam *cabanos* e *anticabanos*, *rebeldes* e “*legais*”, e assim por diante. Partindo das memórias Mura, e seguindo suas ações nas trilhas da documentação, percebemos que a participação de etnias indígenas seguia caminhos e compreensões próprias. Nesse sentido, faz-se necessário o importante deslocamento das leituras sobre as dinâmicas cabanas, passando do prisma do colonizador para o entendimento do colonizado.

⁵⁰ PEREIRA, Márcia Leila De Castro. “**Rios De História**”: Guerra, Tempo E Espaço Entre Os Mura Do Baixo Madeira (AM). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009, p. 157.



Seguindo esta linha de raciocínio, onde deslocamos o imperativo para as ações Mura na Cabanagem, destacamos o forte poder de barganha desta etnia ao perceber sua importância para o delineamento das ações ao longo do rio Madeira, como nos relata o ofício-resposta de Joaquim José Luiz de Souza ao comandante de Borba, concordando em nomear o Tuxaua da Nação Mura, Dionízio dos Santos para

(...) Capitão Principal da Nação Mura com Autoridade sobre todos os Tuxauas da mesma Nação com ordem de reunir a todos os Mura Legais e com ele fazer a Guerra aos rebeldes do Rio Madeira com inteira submissão ao Comando Militar de Borba e para melhor o convidar a esse senhor lhe mandei dar alguns presentes que constam da nota junta. Estimarei que esta medida seja profícua e que dela se ter o feliz resultado.⁵¹ (grifo nosso)

Ao colocar a necessidade em fazer reunir “todos os Mura Legais”, o comandante Joaquim José Luiz de Souza, além de demarcar a existência dos Mura rebeldes, reforçava a importância da conquista do apoio destes indígenas para garantir êxito de suas ações ao longo do Madeira. Conhecedores da floresta e senhores dos rios, os Mura eram os guias que conduziam as expedições na emaranhada geografia da região, e os práticos que transportavam tropas e alimentos pelo labirinto hidrográfico amazônico. A agilidade de deslocamento Mura era fundamental para alcançar os redutos cabanos nos rincões da Amazônia. Por isso, a ordem em presentear lideranças Mura, no intuito de atraí-las.

É neste ponto que compreendemos melhor o poder de barganha Mura, assim como a importância de sua presença e de seus conhecimentos, que poderia implicar em avanços e reverses das tropas rebeldes ou “legais”. Por isso que Luiz de Souza nomeia por Portaria, no mesmo dia do ofício-resposta, o tuxaua Mura Dionízio dos Santos, por ele ter “se distinguido a prol do Governo Legal (...) e por este serviço e por conveniência do Governo Nacional Imperial e da tranquilidade da Província”⁵².

Esta medida parecia não garantir segurança para as diligências no rio Madeira, como indica a fala de Luiz de Souza, na mesma Portaria, ao *estimar que tal medida seja profícua* e que garanta êxito nas operações. O receio apresentado pelo comandante da *Expedição ao Amazonas* não era infundado. Como vimos anteriormente, a trajetória de contato Mura em seu território com a colonização portuguesa e, depois, brasileira, implicou em muitos conflitos, mas também em certa autonomia desta Nação, justamente por sua fama de índios guerreiros e insubordinados, e também habilidosos na dinâmica

⁵¹ Códice 1075. Documento 170. APEP.

⁵² Códice 1075. Documento 169. APEP.



dos deslocamentos, o que contribuía para seu agigantamento diante do avanço da expansão colonial⁵³.

Dessa condição de autonomia e de importância para as estratégias das contraofensivas ao longo do rio Madeira, o Tuxaua Dionízio seguramente tinha ciência. Tanto é que exige uma relação de gêneros que prontamente é atendida por Joaquim José Luiz de Souza. O aval favorável do comandante da *Expedição* ocorreu em um momento de crise de abastecimento alimentar e suprimento bélico a qual passava toda a província, sobretudo a região em questão. Conceder de imediato tal pedido demonstra a necessidade das forças em Borba pelo conhecimento e poder de uma liderança, e de toda a Nação Mura⁵⁴

O apoio Mura para as operações contra os cabanos do Rio Madeira era fundamental. Por isso, mesmo no meio de uma desestruturação econômica geral vivenciada por toda a província do Grão-Pará⁵⁵, as exigências de Dionízio foram prontamente acatadas. Nesse momento, houve um enorme deslocamento na lógica colonialista de poder político, alocando-se nas decisões Mura. Esse deslocamento ocorreu, para além da importância do apoio Mura, pelo fato de uma forte mobilidade de posicionamentos que ocorria na Cabanagem, principalmente quando se tratava de nações indígenas que, como vimos, em suas autonomias, realizavam leituras próprias do conflito. A necessidade de apoio indígena somava-se, ou resultava-se, ao acirramento da guerra na região, como é destacada no ofício de Joaquim José Luiz de Souza a Manoel Antônio Freire, comandante militar interino do Alto Amazonas. Vejamos.

O rebelde Pantaleão anda reunido os cabanos dos Autazes para se estabelecer abaixo de Borba, e o rebelde Lira está estabelecido no Crato do Alto Madeira: se eles não forem batidos podem tentar contra Borba, ponto isolado e de pouca força. Em outros meus ofícios tenho ordenado que uma força de Manaus se conservem rendida e prontamente em operações contra esses rebeldes e para execução desta medida fica Vossa Senhoria autorizado de alcançar mão de todos os recursos ao seu alcance com as formalidades da Lei nos casos possíveis, ou sem elas

⁵³ Ver: AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial – os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: FAPESP, 1992. ARAÚJO. Op. Cit. 2014.

⁵⁴ Os gêneros disponibilizados para Dionízio dos Santos foram “(...) um machado, dois alqueires de sal do Império, seis arpões, uma peça de algodão americano, um chapéu de seda, uma jaqueta de chita, um espelho, um corte de saia de chita, um lenço, um maço de contas lavradas, dois dedais, seis novelos de linha, papel de agulha, duas facas e uma foice”. Códice 1075. Documento 175. APEP.

⁵⁵ Sobre a desestruturação da economia do Grão-Pará em tempos de Cabanagem, ver: LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Dissertação (Mestrado). 153f. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.



quando as circunstâncias permitirem que não tenham lugar, pois que a execução dos rebeldes no Amazonas deve ser para todos a primeira necessidade e a Lei Suprema.⁵⁶ (grifo nosso)

Atentemos aos trechos grifados, onde evidencia a preocupação de Luiz de Souza ao ordenar todos os meios possíveis ou não para se fazer render os cabanos reunidos pela liderança Mura, o rebelde Pantaleão. Esta ordem veio a partir de informações a ele remetidas pelo comandante militar de Borba. Diogo de Barros Cardozo estava bastante preocupado com as notícias de avanço dos cabanos dos Autazes para o Alto Rio Madeira. Recordemos que Pantaleão e Lira eram tuxauas da Nação Mura, etnia que imperava e conhecia muito bem a região, sendo hábeis na navegação dos rios, por isso Joaquim José Luiz de Souza ordena executar a operação quando as águas do rio estiverem baixas,

A tropa saída de Manaus deve tocar ali para a vista das informações do Comando do Lugar operar contra os rebeldes como melhor parecer; e esta operação deve ser feita enquanto o Rio está vazio. Ninguém deve recear ser atacado em sua posição sempre que tiver Tropas em operações contra os rebeldes; porque em regra defende-se e não ataca quem é atacado: quero dizer com isto que Vossa Senhoria pode despender força contra os rebeldes do Alto Madeira e dos Autazes sem receio de que eles venham atacar Manaus pois que neste último pouco verão suas forças para defenderem-se.⁵⁷ (grifo nosso)

Para além de planejar suas ações considerando as habilidades náuticas dos Mura, também é interessante perceber no ofício como que o movimento de marés condicionava o tempo de atacar e reunir as tropas. Também nos chama a atenção o tom um pouco mais impaciente na fala do comandante da Expedição ao Amazonas. Ao estar ciente que, mesmo com toda a liberdade de agir contra os cabanos, o comandante de Borba não iria conseguir *estabelecer a tranquilidade do Rio Madeira*, por carência de efetivos, Luiz de Souza, utilizando-se de ironia (no trecho grifado), ordena ao comandante militar do Alto Amazonas, Manoel Antônio Freire Taquirinha, que despenda forças de Manaus para ao Alto Madeira e Autazes a fim de atacar os cabanos.

A impaciência de Luiz de Souza resultava do avanço das tropas cabanas, conjuntamente aos “exércitos” indígenas, além da superioridade Mura na região, que levava ao crescimento do temor das vilas e freguesias ante aos ataques cabanos. Diante de um quadro que configurava várias desvantagens, fazia-se necessário aos comandos “legais” um redirecionamento de suas ações, optando por uma radicalização das investidas contra os cabanos, e uma política mais eficaz de aliciamento indígena. Tudo

⁵⁶ Códice 1075. Documento 323. APEP.

⁵⁷ Códice 1075. Documento 325. APEP.



indica que, ao mudar de estratégia, sobretudo ao conseguir o apoio de lideranças Mura, as ações orquestradas pelos comandantes “legalistas” começaram a alcançar êxitos. Em ofício destinado no dia 02 de agosto de 1839, ao presidente da província, Bernardo de Sousa Franco, Joaquim José Luiz de Souza afirmava uma “tranquilidade que [por] ora está o Alto Madeira”, devendo as tropas ser redirecionadas para a região do lago dos Autazes e no pondo do Abacaxi, onde os Mura continuam a “praticar suas crueldades”⁵⁸.

Entretanto, a tranquilidade do Alto Madeira assegurada ao presidente da província era frágil, pois os cabanos da região não tinham sido derrotados. Eles foram apenas debelados, deslocando-se para outros pontos e regiões, como o próprio comandante Luiz de Souza relatou no ofício ao presidente da província e, o comandante de Borba ratificou ao afirmar, dias antes que, considerava “estar livre o Rio Madeira se para alí não tornarem a entrar Cabanos de baixo.”⁵⁹

O deslocamento, traço característico do povo Mura, era característico da guerra nesta região. E assim fizeram os cabanos, espalhando-se pelos caminhos fluviais que os guiavam para outras paragens como Ichituba, Luzea, Curuá, além dos Autazes e Abacaxi, que terão suas dinâmicas compreendidas na oportunidade de outros ensaios. Por ora, o que nos interessa é compreender de que modo o longo e conflituoso processo de avanço e ocupação do território Mura, desde o século XVIII, radicalizando-se na guerra cabana, levou a uma reconfiguração espacial e territorial desta etnia, imprimindo a necessidade de rearranjos nas estratégias de luta e rearticulações políticas, protagonizadas pelo Mura na atualidade.

Das imobilizações das forças de trabalho às mobilizações identitárias: a luta pela garantia do *Ser Mura* em tempos atuais

A ocupação colonial do território Mura, sobretudo no curso do rio Madeira, iniciada efetivamente ao longo do século XVIII, foi estendida com a política expansionista do Estado brasileiro no decorrer do século XIX. A Cabanagem pode ser considerada como um marco importante neste novo processo de reconfiguração territorial Mura. A guerra não apenas impulsionou mobilidade Mura, na medida em que todo cenário de conflitos conduz a deslocamentos compulsórios, mas também foi responsável por um processo de diminuição populacional indígena na região.⁶⁰ No século XIX, com

⁵⁸ Códice 1093. Documento 34. APEP.

⁵⁹ Códice 1093. Documento 35. APEP.

⁶⁰ De acordo com Márcia Leila Pereira, ao se fundamentar nos dados de Ribamar Bessa Freire (1994), na região do Tapajós, o quantitativo demográfico indígena em 1820 calculava-se aproximadamente em 30 mil vidas. Em 1839, este quantitativa estimava-se em 03 mil indígenas. PEREIRA, Márcia Leila De Castro, *Op.cit.*, 2009, p. 116.



o avanço das forças “legais” sobre o curso do rio Madeira, os Mura foram se dispersando para outras paragens, como as cabeceiras dos rios e para dentro da floresta, como sinalizou a pesquisa de Márcia Leila Peraira.⁶¹ Além da dispersão no pós-Cabanagem, a região vivenciou a formação de novos aldeamentos, compostos sobretudo por indígenas, que passaram a fixar-se nestes núcleos vinculados às vilas e freguesias ao longo do rio Madeira.

Para além de, novamente, uma reconfiguração espacial, nas décadas que se seguiram a Cabanagem, especificamente, a segunda metade do século XIX, os Mura, e as etnias indígenas de modo geral na região, vivenciaram um rearranjo em suas estratégias de luta e rearticulações. O fim da guerra cabana levou às autoridades provinciais a realizarem um conjunto de políticas visando o controle social e étnico de uma região recém saída de conflitos com forte participação popular. Mecanismos legais foram criados, como os Corpos de Trabalhadores, instituído ainda no contexto da Cabanagem (1838), e a antiga lógica da disciplina e do direcionamento da mão de obra, majoritariamente indígena, para os empreendimentos econômicos foi reativada⁶².

Sob o discurso de “progresso” e de projetos civilizatórios para a nação em construção, as elites políticas e econômicas do Império brasileiro passaram a efetivar ações que alinhavam a elaboração de uma identidade nacional voltada para os valores europeus a interesses de exploração econômica, como elementos constitutivos da entrada do Brasil à modernidade, deslocando-se enquanto uma nação de *bárbaros* para uma nação *civilizada*. Assim, fundamentando-se em adjetivos como *selvagens*, *vadios*, *ociosos*, os diversos grupos subalternos locais foram conduzidos, compulsoriamente, por dispositivos de controle e disciplina, a postos de trabalho de atividades exploratórias em seus territórios.

Diante disso, a partir da segunda metade do século XIX, e a primeira do século XX, a região do rio Madeira vivenciou um novo processo de expansão territorial, sob interesses econômicos em torno da extração da borracha, num primeiro momento, e da castanha, num segundo, assim como de atividades agro-pastoris. Para tal intento, mecanismos de imobilização das forças de trabalhos⁶³ das populações indígenas,

⁶¹ Idem.

⁶² MELO, Patrícia Raiol Castro de. **Mão de obra indígena em Corpos de Trabalhadores**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

⁶³ Imobilização das forças de trabalho é o conceito que dá conta de compreender o direcionamento das forças de trabalho de grupos subalternos para prover interesses econômicos dominantes, onde acarreta a desmobilização desta mão de obra em atividades tradicionais e de subsistência. No caso específico da região do Madeira, dos projetos econômicos de exploração da borracha, castanha e agro-pastoral, a imobilização



especificamente para este artigo, dos Mura, foram acionados, sob a necessidade de controle dos rios. Estes projetos levaram a um novo processo de territorialização do rio Madeira. Os avanços das empresas extrativistas acionavam os aldeamentos indígenas ao longo deste rio para o agenciamento da mão de obra necessária. Estes agenciamentos eram feitos por meio da ação direta do Estado, que também facilitava a expansão destas empresas pelos territórios Mura ao longo do Madeira⁶⁴.

A efetividade do avanço extrativista e agro-pastorial na região do Madeira levou a desestabilização de todo o sistema produtivo local e a ameaça da relativa autonomia que os extratores, indígenas e não-indígenas, tinham. Nesse sentido, esta reorganização exigiu uma rearticulação das ações dos Mura a partir de uma ampliação da resistência, na medida em que passou haver a necessidade da organização das múltiplas redes locais⁶⁵. A resistência Mura, assim como dos diversos grupos subalternos que coabitam o rio Madeira (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas não indígenas, caboclos), perpassa por combater não apenas o esbulho de seus territórios, mas também o monopólio da extração e usufruto de seus recursos naturais e de suas atividades.

Dentro desse processo de expansão extrativista e agro-pastorial e rearticulações da resistência na região do Madeira, a partir da segunda metade do XIX e no decorrer do século XX, observamos que nas últimas décadas as mobilizações Mura passaram a enfatizar a necessidade de garantir a sua existência, a sua visibilidade, a partir da garantia de sua identidade, do reconhecimento do *Ser Mura*.

O combate a visibilidade indígena não se restringia apenas a violência direta ou a de aspecto cultural. Era comum o decreto da extinção prematura de uma etnia até grande parte das décadas de 1970 e 1980. Decretos dessa natureza embasaram a desterritorialização de inúmeros grupamentos indígenas, promovendo a construção de

da força de trabalho, por meio de agenciamento, muitas vezes compulsório, levou a imobilizar atividades produtivas de grupos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores que, há séculos atuavam na região sob uma lógica fortemente antagônica da lógica do capital internacional. Sobre imobilização da força de trabalho, ver: LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização:** os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932). - Manaus: UFAM, 2013; SANTOS, Ana Flávia Moreira. Conflitos, territórios e estratégias indígenas no Baixo Madeira, 1917-1931. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas.** Rio de Janeiro, 2014.

⁶⁴ Quanto à ação direta e imparcial do Estado, temos como exemplo os projetos de extração da castanha, como a centralidade do Serviço de Proteção ao Índio, em 1917, onde se efetivou um constante sistema de controle e disciplinamento, conduzindo ao efetivo aproveitamento da mão de obra indígena e da liberação de grandes extensões territoriais; a concessão unilateral por parte do governo aos indígenas quanto à posse de suas terras, em 1922; a flexibilização da proibição da venda das castanhas; o deslocamento dos projetos para áreas de castanhais mais densos e, por fim, a privatização dos Castanhais por comerciantes e grandes proprietários. Ver: LEAL, Davi Avelino. *Op.cit.*, & SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Op.cit.*

⁶⁵ LEAL, Davi Avelino. *Op.cit.*



exércitos de coletivos e indivíduos que, na atualidade, reivindicam suas identidades étnicas baseados nos processos de indianidade e etnogênese e que devem ser recorridos em instâncias jurídico-políticas.⁶⁶

Em entrevista, concedida em outubro de 2019, Márcia Mura denuncia que várias famílias de sua etnia foram vítimas dessa violência, afirmando que os Mura dos rios Madeira, Autazes, Carreiro da Várzea e demais localidades do Estado do Amazonas, foram tidos por inexistentes devido não falarem mais a língua Mura, estabeleceram contato e moradia nos centros urbanos e terem perdido suas especificidades perante a sociedade não indígena devido aos projeto de *branqueamento e inclusão à sociedade nacional* ao qual foram submetidos.⁶⁷ Sobre esse aspecto, Daniel Mundurukú categoriza as políticas indigenistas de integração como subterfúgios do governo para explorar as riquezas presentes no solo das terras tradicionalmente ocupadas, assim como compreende que essas ondas de violência decorrentes dessas frentes de expansão nada mais seriam do que parte integrante das “políticas integracionistas patrocinadas pelo capital internacional e executadas pela recém fundada Fundação Nacional do Índio”.⁶⁸

Ailton Krenak ao rememorar a campanha indígena em prol do reconhecimento de sua cidadania na constituinte de 1988, evidencia o mesmo estratagema utilizado contra os indígenas presentes neste evento que falavam português, conheciam os símbolos nacionais e se apresentavam com vestimentas e instrumentos próprios de produções não indígenas, tudo isso afim de descredibilizar suas mobilizações, a reivindicação de seus direitos, assim como a legitimidade de suas identidades.⁶⁹

É nesse sentido que a mobilização indígena passa a se constituir enquanto novo espaço de resistência a partir da articulação coletiva, principalmente a partir do ano de 1982, com a fundação da União das Nações Indígenas (UNI), momento no qual alcança

⁶⁶ O antropólogo João Pacheco de Oliveira compreende ambos os conceitos à partir das relações de territorialidade e dos processos de territorialização de indígenas que passaram por intensos processos de colonização que repercutiram diretamente na permanência da estrutura social de suas aldeias repercutindo na reivindicação do direito ao reconhecimento de uma identidade étnica tida por extinta, assim como o reconhecimento de um novo grupamento coletivo e cultural. Sobre o assunto ver: OLIVEIRA, João Pacheco. Uma Etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, Territorialização e fluxos culturais. *Mana* 4(1):47-77, 1998

⁶⁷ MURA, Márcia. “O atual governo atualiza um discurso racista do século 19”. Catarinas. 16/10/2019. Disponível em: <https://catarinas.info/o-atual-governo-atualiza-um-discurso-racista-do-seculo-19-diz-marcia-mura/> Acesso: 20/07/2020.

⁶⁸ MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do Movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas. 2010, p. 209-210.

⁶⁹ “ÍNDIO CIDADÃO?”. Direção: Rodrigo Siqueira Arajeju; Produção: Isadora Stepanski. Distrito Federal: 7G DOCUMENTA, 2014. 1 DVD (52 min).



um novo patamar de articulação no anseio de garantir a defesa de seus direitos inalienáveis em âmbito nacional e promover avanços na conquista da plena cidadania.⁷⁰

Essa nova perspectiva de resistência a partir da ressignificação dos instrumentos jurídico políticos e educacionais não indígenas para a construção de direitos com base nas demandas indígenas têm proporcionado o aumento dessa representabilidade em espaços outrora dedicados a manutenção de seus status de submissão, indolência e selvageria. Trata-se de uma reviravolta epistemológica que caminha rumo aos moldes do que Walter Mignolo nos apresenta enquanto *desobediência epistêmica* que nega a manutenção da inferioridade, que defende o rompimento e oposição às bases do pensamento moderno eurocentrado.⁷¹

Essa reviravolta epistemológica potencializa e dá fundamento à revolução epistêmica que vêm sendo engendrada pelas articulações coletivas de indígenas. A exemplo vemos a organização de um documento organizado pelos Mura da região dos Autazes e Careiro da Várzea, situados no estado do Amazonas e que se dedica a orientar e apresentar aos não indígenas, em grande medida, os representantes dos organismos governamentais o conceito nativo de *Ser Mura*, suas formas de organização e dinâmicas sociais e políticas e estabelece normas de conduta que *os brancos* devem adotar em relação aos Mura.

O documento foi construído pautados em direitos transnacionais, tais como o *direito de consulta prévia*, já estabelecido pela OIT- 69, assim como retifica os direitos estabelecidos pela constituinte de 1988 e enfatiza a relação implícita entre autodefinição de Mura com suas estratégias de resistência histórica construídas por séculos.⁷²

“**Nós** somos o povo indígena Mura, originários do Brasil. Ocupamos o Baixo rio Madeira (...). Somos um o povo guerreiro que sobreviveu ao longo de séculos de resistência e luta. Resistimos a várias posturas do Estado brasileiro, tais como os Auto da Devassa (...) os crimes cometidos contra nós durante a Cabanagem e todos os outro que foram praticados contra o nosso povo durante

⁷⁰ MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do Movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas. 2010, p. 210.

⁷¹ MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p.287-324, 2008, p. 12. <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso: 31/07/2020.

⁷² Sobre o assunto ler: MURA, **Conselho indígena**. Trincheiras Yandé Peara Mura. Protocolo de consulta e consentimento do povo Mura e Autazes e Carreira da Várzea, Amazonas. Manaus: OLMV/ CIM/IIAM. 2019.



nossa história, marcados por tentativas de genocídio e etnocídio.”⁷³

É na tradição histórica de resistência que a identidade é tecida. Até então, pode-se resumir que nesse contexto que nos remete ao século XVIII, os Mura do rio Madeira vêm sido continuamente lançados à diferentes violências decorrentes da manutenção da colonialidade de poder, no entanto, à mesma não foi capaz de sufocar e inviabilizar a mobilização coletiva como aspecto da resistência Mura. Nesse contexto, ainda se tornam urgentes às reflexões futuras: Quais as rupturas e permanências inerentes a esses conceitos? De que forma essas reflexões reverberam no Ser Mura frente aos obstáculos contemporâneos à sua permanência no rio da Madeira? Temos a ciência de que essas linhas não teriam folego para das respostas à tantas reflexões, contudo, tais apontamentos merecem ser visualizadas em ensaios posteriores.

Considerações Finais

A mobilidade Mura no rio Madeira ajuda a analisar o protagonismo indígena nessa região durante o avanço dos projetos de colonização. As articulações Mura foram incisivas nas políticas de povoamento e expansão organizadas pela coroa portuguesa e, posteriormente, pelo Estado brasileiro. Os territórios indígenas sempre foram alvo das políticas dos estados.

A reflexão acerca dos espaços indígenas e do avanço da política expansionista pode ser analisada a partir de diversas maneiras. Uma das linhas de análise pode ser feita através das guerras que eram realizadas contra os índios. Exemplar disso foi o leste do Estado do Maranhão e Grão-Pará, notadamente a capitania do Maranhão e a do Piauí. Essa região foi caracterizada, principalmente a partir do final do século XVII, pelos conflitos com os povos indígenas daquela área. Essas guerras pretendiam “limpar” os sertões para viabilizar, principalmente, a expansão do gado e de outras atividades econômicas.⁷⁴ Por outro lado, os próprios indígenas ressignificaram os espaços. Nesse sentido, por exemplo, os povos indígenas construíram uma relação com o espaço do aldeamento. Assim, no século XIX, os índios aldeados, no Rio de Janeiro, tinham suas terras negadas. Defendia-se a extinção das aldeias indígenas e “civilizar” os índios a partir

⁷³ MURA, Curt. Op. Cit., 2019. P.7.

⁷⁴ MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí** (primeira metade do século XVIII). Curitiba: Prismas, 2017.



da ideia de que seriam miseráveis, decadentes e misturados e que não eram mais os “índios primordiais”.⁷⁵

A relação dos Mura com o espaço também é caracterizada pela transformação. A mobilidade e expansão Mura, características do século XVIII, foram, gradualmente, ressignificadas. A mobilidade indígena durante a Cabanagem foi substituída pela dispersão e assentamento dos Mura em espaços como as vilas, o que pode ter contribuído para a frequente negação das identidades deles. Atualmente, contudo, observa-se um movimento de reafirmação dessas identidades articuladas com a relação que eles constroem com o espaço e em um contexto, ainda, de conflitos a expansão das frentes de expansão do estado brasileiro.

A maneira como os grupos sociais constroem suas relações com o espaço também podem ser fundamentais para discutir sobre o protagonismo desses grupos. A mobilidade e expansão territorial Mura, no século XVIII, configurou a ideia de que esse grupo ocupava um vasto território. Ainda que possivelmente articulada com a ideia de identidade Mura, essa relação com o espaço ajudou a construir a representação desses índios para o governo colonial. Além disso, o conhecimento espacial decorrente dessa mobilidade foi fundamental para as escolhas que esses índios fizeram, como dos espaços para assentamentos no processo de redução e durante a Cabanagem. O contexto pós Cabanagem, por sua vez, teria ensejado novas rearticulações espaciais e mobilizações identitárias. Assim, mobilidade, território e resistência articulam-se na trajetória dos Mura do Madeira.

Data de submissão: 10/09/2020

Data de aceite: 28/01/2021

⁷⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Índios e Mestiços no Rio de Janeiro:** significados plurais e cambiantes (Séculos XVIII-XIX). *Memoria Americana*, 2008, n. 16-1, p. 19-40



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, 2009, v. 17, n. 2, p. 215-235.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Índios e Mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (Séculos XVIII-XIX)**. *Memoria Americana*, 2008, n. 16-1, p. 19-40

AMOROSO, Marta Rosa. Corsários no caminho fluvial – os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: FAPESP, 1992.

AMOROSO, Marta. **Guerra Mura no século XVIII- Versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial**. Dissertação (Mestrado em antropologia). IFCH/ DEANS UNICAMP, São Paulo, 1990

ARAÚJO, Alik Nascimento de. De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786). Dissertação (Mestrado). PPHIST - UFPA. Belém, 2014.

CALDAS, Yurgel Pantoja. **Construção épica da Amazônia no poema Muhuraida, de Henrique João Wilkens**. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Faculdade de Artes e Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís, SIOGE, 1992.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Resistência indígena no Piauí colonial. 1718-1774**. Teresina: EDUFPI, 2008.

CEDEAM. **Autos da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)**. Manaus: Universidade do Amazonas; Brasília: INL, 1986.

CHAMBOULEYRON, Rafael. As 'fazendas de cacau' na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: Tanya Maria Pires Brandão; Cristiano Luís Christillino. (Org.). **Nas bordas da plantation: agricultura e pecuária no Brasil colônia e império**. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2014, v. 1, pp. 21-22.

DOMINGUES, Ângela. “Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 47.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991, p.19.

GIUDICELLI, Christophe. “Encasillar la Frontera. Clasificaciones coloniales y Disciplinamiento del espacio en el área Diaguito-Calchaqui, siglos XVI-XVII”. *Anuario IEHS*. 2007, v. 22, pp. 161-211.



HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais: os Tapajó e além na história ameríndia. **Revista de Antropologia**. São Paulo, 2015, v. 58, nº 1, pp. 33-68.

LAPA, José Roberto Amaral. Do comércio em área de mineração. **Economia Colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

LEAL, Davi Avelino. Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932). - Manaus: UFAM, 2013

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III. Instituto Nacional do Livro / Livraria Portugália: Rio de Janeiro / Lisboa, 1943, p. 393.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Dissertação (Mestrado). 153f. Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Universidade Federal do Pará, 2002.

MELO, Patrícia Raiol Castro de. **Mão de obra indígena em Corpos de Trabalhadores**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)**. Curitiba: Prismas, 2017.

MENÉNDEZ, Miguel. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série). São Paulo, v. 28, 1981-1982, p.312.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, p.287-324, 2008, p. 12.
<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>.
Acesso: 31/07/2020.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)** Petrópolis: Vozes, 1988.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do Movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas. 2010, p. 209-210.

MURA, Conselho indígena. Trincheiras Yandé Peara Mura. **Protocolo de consulta e consentimento do povo Mura e Autazes e Carreira da Várzea, Amazonas**. Manaus: OLMV/ CIM/IIAM. 2019.

MURA, Márcia. **“O atual governo atualiza um discurso racista do século 19”**. Catarinas. 16/10/2019. Disponível em: <https://catarinas.info/o-atual-governo-atualiza-um-discurso-racista-do-seculo-19-diz-marcia-mura/> Acesso: 20/07/2020.

NIMUENDAJÚ, Curt. As Tribos do Alto Madeira. **Journal de la Societé des Americanistes**, v. 17, Paris, 1925, p. 137-172 e _____. The Mura and Pirahã.



NOGUEIRA, Max Deulen Baraúna. **Guerras Indígenas na Região das Tupinambaranas: Mura x Munduruku (1768-1795)**. Dissertação (Mestrado em História). IFCHS / UFAM, Manaus, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma Etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, Territorialização e fluxos culturais. *Mana* 4(1):47-77, 1998

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. Mura, guardiães do caminho fluvial. **Revista de Estudos e Pesquisas**. FUNAI: Brasília, v.3, n.1/2 (Jul/dez. 2006) p.133-155.

PEREIRA, Márcia Leila De Castro. **“Rios De História”:** Guerra, Tempo E Espaço Entre Os Mura Do Baixo Madeira (AM). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

PEREIRA, Márcia Leila De Castro. **“Rios De História”:** Guerra, Tempo E Espaço Entre Os Mura Do Baixo Madeira (AM). Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009, p. 157.

PEREIRA, Márcia Leila de Castro. **Território e mobilidade Mura no baixo rio Madeira/AM. *Habitus***. Goiania. 2016, v. 14, n° 2, p. 272

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 2002, p. 17.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos Partidos:** etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Conflitos, territórios e estratégias indígenas no Baixo Madeira, 1917-1931**. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da & COSTA, Angislaeine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica. Revista de Antropologia**. Belém, 2014, v. 6, n° 1, p. 116.

STEWART, Julien Haynes (org.). **Handbook Of South American Indians**. T. 3. Washington. 1948, p. 255-264.

SWEET, David. Native resistance in eighteenth-century Amazonia: the “abominable Muras” in War and Peace. **Radical History Review**. 1992, v. 53, n° 1, pp.49-80.

